

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Irene Ermacovitch

**A vereança somos nós? Reflexões sobre cultura política,
representação e produção legislativa da Câmara
Municipal de Porto Alegre**

Porto Alegre
2010

Irene Ermacovitch

**A vereança somos nós? Reflexões sobre cultura política,
representação e produção legislativa da Câmara
Municipal de Porto Alegre**

Trabalho de conclusão de curso (monografia) apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do diploma de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Baquero.

Porto Alegre
2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

Irene Ermacovitch

A vereança somos nós? Reflexões sobre cultura política, representação e produção legislativa da Câmara Municipal de Porto Alegre

Conceito final:

Aprovado em dede.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Corsetti – UFRGS

Prof. Dr. Rodrigo S. González – UFRGS

Orientador – Prof. Dr. Marcello Baquero – UFRGS

*“Tem gente que passa a vida inteira
Travando a inútil luta com os galhos
Sem saber que é lá no tronco
Que tá o curinga do baralho”.*

(Raul Seixas)

RESUMO

Esta monografia busca analisar a possibilidade do resultado da produção legislativa municipal estar relacionado com a forma como a população vivencia cotidianamente a democracia, com a presença na sociedade de uma cultura política institucionalista e normativa, cultivada através de nossas interações sociais que estimulam a apatia e o descrédito do cidadão em relação à política. Através da aplicação de questionários/entrevistas e análise documental, podemos constatar a tendência desta cultura em se transferir e reproduzir dentro do campo político institucional, ocasionando uma produção legislativa de caráter predominantemente irrelevante e influenciando significativamente os modos de funcionamento do sistema político,

Palavras-chave: cultura política; democracia; institucionalismo; interação social.

ABSTRACT

This monograph intends to analyze the links between legislative production consequences and the way the population experiences daily democracy, taking into account that the existing institutionalistic and normative culture has been established as a result of our social interactions, stimulating apathy and political discredit from the citizens. Once we got the results from questionnaires, interviews and documentary analysis, we could conclude there is a trend of this culture in transferring and reproducing itself within the political institutional field, and leading to a really irrelevant legislative production which creates a serious influence on the way the political system works.

Key-words: political culture; democracy; institutionalism; social interaction.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 QUADRO TEÓRICO	11
3 METODOLOGIA	24
4 RESULTADOS DA PESQUISA	26
4.1 Análise da produção legislativa municipal	26
4.2 Apresentação de dados da população de Porto Alegre e dos ocupantes da da vereança na legislatura de 2009/2012	30
4.3 A dimensão qualitativa	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE I – Questionário	49
APÊNDICE II - Composição partidária 2009/2012	50

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia é resultado de um projeto de pesquisa elaborado a partir de nosso interesse em analisar como se qualifica a representatividade dentro do processo democrático brasileiro, focando nossa análise para o legislativo municipal como micro esfera política.

Esta temática é bastante atual e constantemente presente tanto nas discussões acadêmicas quanto nas de senso comum, uma vez que os escândalos, corrupções, falta de valores éticos e morais e distância dos eleitores estão fortemente atrelados às figuras de nossos representantes, nos levando a questionar permanentemente a qualidade dos mesmos.

Consideramos que a cultura política, como conjunto de atitudes, normas, crenças e valores políticos partilhados pela maioria dos membros de uma determinada sociedade ou nação, está presente em nossa sociedade na forma de uma cultura política institucionalista, que ocasiona uma democracia de baixa densidade a qual, por sua vez, vai refletir na qualidade da representatividade.

Neste contexto, a dimensão da cultura política é o tema central da pesquisa no sentido de subsidiar ou não o comportamento de nossa vereança, através de reflexões sobre como estamos inseridos num processo democrático enquanto cidadãos e, mais que isto, perceber como o representante político– no caso de nossa pesquisa a figura do vereador – também participa deste processo. Consideramos que a cultura política, em associação com as dimensões do interacionismo simbólico, fornece ferramentas de análise na explicação das predisposições e comportamentos dos cidadãos em geral e do agente político, que é uma parte desta generalidade.

Observações sobre como a existência de uma cultura política institucionalista e normativa se transfere para dentro do campo político, e se o legislativo municipal porto-alegrense reproduz esta cultura, são pontos centrais deste estudo.

A vereança, justamente por ser de caráter local, exerce um importante papel e influencia diretamente na vida de todos os cidadãos submetidos a esta abrangência, razão pela qual a cultura política e a sua reprodução dentro do campo político institucional quer na dimensão da produção legislativa municipal, quer na percepção da representação em si mesma são o eixo de nossa investigação.

O objetivo geral da presente pesquisa é contribuir para um melhor entendimento de como se percebem os agentes políticos no exercício da vereança e de que forma suas atitudes podem ou não ser justificadas e/ou influenciadas pela cultura política e, com isto, possibilitar reflexões dentro do campo da ciência política. Busca-se com este objetivo fortalecer os laços entre representantes e representados, apresentando dicotomias e/ou convergências nas práticas políticas dos dois agentes, cuja redução ou fortalecimento podem levar ao desenvolvimento de uma consciência política mais participativa a partir da representatividade exercida no legislativo municipal.

Avaliar a possibilidade da participação das instituições, no caso o legislativo municipal, na formação, permanência (continuidade) e/ou transformação (ou até inexistência) de uma orientação política tipo sujeito para uma orientação política participativa é parte integrante do objetivo de nosso trabalho.

Os objetivos específicos da pesquisa são: (a) analisar a produção legislativa municipal quanto a sua relevância; (b) avaliar o comportamento do vereador e do cidadão no que se refere ao grau de confiança interpessoal, nas instituições, na

política e na democracia e (c) verificar como a vereança percebe e/ou se relaciona com o cidadão.

O problema consiste em investigar se há relação entre a produção legislativa da vereança de Porto Alegre, a representação exercida pelos vereadores e a cultura política do porto-alegrense.

O trabalho se justifica pela percepção que temos de que a política é uma construção social, não é natural; portanto, posturas, atitudes, comportamentos não são naturais, estão naturalizados e, como tal, passíveis de alteração. Em sociedades democráticas, os cidadãos precisam participar para construir as bases de uma sociedade equitativa, que contribua para o enfraquecimento de uma cultura política desconfiada em relação às instituições de poder.

Pretendemos, também, para além da lógica política em si mesma, obter subsídios para analisar como o indivíduo se percebe quando inserido dentro do exercício da vereança e em que medida este exercício o aproxima e/ou distancia da realidade social e do seu papel de cidadão.

A relevância social de nossa pesquisa consiste na tentativa de apresentar subsídios para a possibilidade de construir uma nova consciência política, demonstrando que mudanças micro podem realmente alterar o exercício da atividade dos atores políticos, através da prática de orientações, ações e predisposições políticas participativas. Do ponto de vista da relevância teórica, destacamos a necessidade de análise do universo político a partir da constatação de que a política é um ente abstrato em si mesmo e a sua materialização só é possível através da ação de indivíduos, os quais atuam carregados de valores, crenças, vícios e virtudes presentes na representação cotidiana da sociedade, que podem fortalecer a democracia.

Considerando que a elaboração de leis faz parte das atividades a serem desenvolvidas pela vereança, a hipótese a ser testada considera a produção legislativa municipal o resultado (espelho) do grau de apatia do cidadão porto-alegrense em relação à política, ou seja, quanto maior o desinteresse dos cidadãos pelo trabalho dos vereadores, menos relevante, na percepção das pessoas, será a produção legislativa da Câmara Municipal de Porto Alegre.

2 QUADRO TEÓRICO

Ao elegermos o tema cultura política como centro de discussão no presente trabalho, buscamos uma identificação ontológica – pelo menos em alguns aspectos – no que seria, numa visão marxista, a alienação humana dentro do processo civilizatório.

Mészáros (2006) analisa quatro aspectos do que seria esta alienação sobre a qual alicerçamos nossa vida: o primeiro, seria a alienação do homem em relação à natureza; o segundo, em relação a sua própria atividade produtiva; o terceiro, em relação a sua própria espécie e o quarto, a alienação de uns em relação aos outros.



Fonte: elaboração própria.

A teoria da alienação parece ser apropriada para servir de moldura dentro da qual a humanidade vem desenvolvendo sua caminhada e, conseqüentemente, suas relações de poder. Neste sentido, em pleno século XXI, apesar de todo o desenvolvimento tecnológico que gera, sem dúvida, um relativo bem estar material (não para todos, mas para alguns), nos deparamos com sérios problemas sociais e ambientais, gerados por atividades de produção dentro do chamado capitalismo selvagem, aliados ao egoísmo, a ganância e ao individualismo que permeia as sociedades contemporâneas; assim, é razoável que consideremos a alienação do ser humano não só como uma possibilidade teórica, mas como uma teoria que se comprova na vida real.

Sobre isto, escreveram Guattari e Rolnik (1986):

“A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se fala, etc... Ela fabrica a relação com a produção, com a natureza, com os fatos, com o movimento, com o corpo, com a alimentação, com o presente, com o passado e com o futuro – em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo. Aceitamos tudo isso porque partimos do pressuposto de que esta é a ordem do mundo, ordem que não pode ser tocada sem que se comprometa a própria idéia de vida social organizada.” (p. 42).

A democracia emerge neste contexto histórico com um discurso de liberdade e igualdade, contexto este onde a ordem capitalista já está naturalizada; esta, por si só, tende a reforçar todos os aspectos de nossa alienação, sendo que o nosso posicionamento alienado de uns em relação aos outros merece ser destacado como pano de fundo nas análises sobre como se dão nossas interações sociais.

Assim, como ainda não aprendemos a cultivar a fraternidade e a solidariedade, parece ser coerente que o próprio poder proposto pela democracia já seja viciado por uma visão utilitarista e personalista. Sobre democracia, escreveu Marilena de Souza Chauí (1980):

“Tanto em Maquiavel como em Espinosa a tirania não se define como um mau regime político onde um só homem governa, mas como a forma política na qual o detentor do poder, quer seja um homem, um grupo, uma classe identificam-se com o próprio poder. A tirania é o instante no qual o Poder perde seu lugar público para colar-se nas figuras empíricas de seus ocupantes. É nesse contexto que a tese democrática pode ser compreendida, não porque na democracia todos podem ocupar periodicamente o poder, nem porque todos governam, nem porque todos estão representados, nem porque todos são súditos, governantes e cidadãos por direito, mas porque nela ninguém pode identificar-se com o próprio poder.”(p. 156).

Também neste contexto se esclarece o significado simbólico das eleições: seria o momento em que, por um lapso de tempo, este espaço vazio seria preenchido pela sociedade, o que implicaria o seu momento de poder.

Se, por um lado, esta tese pode ser vista como uma visão minimalista de democracia no que tange a abrangência participativa do cidadão, apresenta, por outro lado, uma percepção do que deveria nortear o próprio exercício do poder dentro de um regime democrático, visto como um espaço transitório, legitimador de decisões para o bem comum. É este caráter de sublimidade do poder que ainda estamos longe de vivenciar.

Não desconsiderando que esta tese democrática, até agora, tem se demonstrado utópica, uma vez que os regimes democráticos instituídos ainda não contemplam esta visão de poder, é a partir dela que vamos apresentar nossas

reflexões sobre se a cultura política e a qualidade das interações sociais podem ser componentes decisivos na superação de democracias minimalistas, muito embora a grande maioria dos autores defenda e adote, na tradição schumpeteriana, a definição procedural mínima de democracia, esta se referindo basicamente a eleições livres, a direitos civis e a direitos políticos. Esta forma de pensar a democracia se fragiliza na medida em que surge a exigência de conjugar democracia política com democracia social.

A democracia representativa dos dias de hoje tem, no seu cerne, uma perspectiva de organização social coerente e lógica, preservando a liberdade e a igualdade; entretanto, a simples teoria de um regime político não basta, ela tem que ser inserida na consciência coletiva e vivenciada pelos cidadãos.

As instituições podem ser vistas como o molde em que se reuniram e fixaram idéias que orientam em profundidade uma sociedade ou um numeroso grupo social, sendo benéficas na sua missão de associar os homens dentro de conceitos que regulam e civilizam a vida social. Embora reconhecendo este peso das instituições, tanto no que tange ao seu papel no arranjo disciplinar da sociedade quanto no de abrigar um regime democrático, o modelo institucional brasileiro¹ pode não ser suficiente para se afirmar que vivemos num país democrático pleno.

A persistente imaturidade de nossa democracia e a deformação do próprio sentido de uma administração que deveria ser voltada para o bem público e conduzida com o sentido igualitário e republicano que a Constituição prevê, nos remete a refletir sobre a necessidade de administrações voltadas para o bem da

¹ Artigo publicado no jornal Zero Hora de 05.10.2010, p.15, pelo sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sob o título Democracia Virtual, onde ele diz: "o edifício da democracia, e mesmo o de muitas instituições econômicas e sociais, está feito no Brasil. A arquitetura é bela, mas, quando alguém bate à porta, a monumentalidade das formas institucionais desfaz-se em um eco que indica a casa estar vazia por dentro."

sociedade e não para benefícios de familiares ou correligionários (familismo imoral²), o que se materializa através das características da cultura política brasileira, de leniência com a transgressão e criatividade para simular.

Baquero (2007) questiona se o voto, como abordado pela literatura, pode ser considerado “como uma das formas mais concretas de participação política”, ao colocar:

“A quase totalidade de pesquisas sobre o tema conclui que o hábito de votar é adquirido ao longo do tempo e, que ao contrário do esperado, pouco pode contribuir para o fortalecimento democrático. Quer dizer, se o voto não é acompanhado de uma compreensão crítica do que está em jogo e se os cidadãos não votam espontaneamente e autonomamente, a democracia pode entrar em estado de inércia, ou seja, reproduzir velhas práticas políticas”. (p. 149)

Ainda sobre o voto, Avritzer(1994) pondera:

“nos poucos momentos democráticos da história do Brasil, as eleições desempenharam menos o papel de institucionalização de uma opinião pública crítica em relação ao poder e mais o de compatibilização entre formas privadas e não modernas de dominação e mecanismos de seleção de elites.”(p. 291).

² O familismo imoral baseia-se na preponderância de comportamentos oportunistas orientados para maximizar o ganho privado. Uma vez que os indivíduos agem guiados somente por seus interesses imediatos, o alcance das estratégias disponíveis é amplo, incluindo atitudes não necessariamente orientadas por restrições legais ou morais.(RENNÓ, 2001, p.35)

A cultura política e o interacionismo simbólico, este enfatizado em seu aspecto dramático, nas suas conceituações parecem coerentes e explicativos para a dificuldade que encontram as democracias de se afastarem do seu aspecto meramente formal e minimalista e de se fortalecerem a partir de uma adesão dos cidadãos, que se daria pela participação política, gerada a partir do grau de confiança das pessoas tanto entre si como em relação às instituições. Neste sentido, a cultura política, como resultado da forma como o indivíduo foi socializado em relação à política, socialização esta gerada a partir das interações sociais, teria uma contribuição significativa na análise do comportamento político dos indivíduos, destacando a forma como os valores culturais são componentes endógenos da atuação e da decisão dos mesmos.

Se por cultura política consideramos o padrão de atitudes e orientações individuais com relação à política compartilhadas por membros de um sistema político, podemos dizer que os tipos de orientações existentes numa população terão uma influência significativa nos modos de funcionamento do sistema político. Desta forma, as demandas feitas ao sistema e a conduta dos indivíduos em seus papéis políticos serão afetados por esses padrões comuns de orientação. A cultura política pode nos proporcionar um instrumento conceitual válido com o qual podemos eliminar o hiato entre o estudo do indivíduo em seu ambiente político e o sistema político como um todo. À medida que revela os padrões de distribuição de orientações para a ação política, a cultura política nos ajuda a ligar as tendências individuais às características de um sistema.

Segundo Almond e Verba (ALMOND e VERBA, 1989), podemos distinguir três tipos de componentes na cultura política: 1) a "orientação cognitiva", que significa o conhecimento do sistema político e a crença nele; 2) a "orientação afetiva", que se traduz pelos sentimentos sobre o sistema político, seus papéis, pessoas e

desempenho; e 3) "a orientação avaliativa", significando o julgamento e as opiniões sobre os objetos políticos, que tipicamente envolvem a combinação de padrões de valor, bem como de critérios de valor com informações e sentimentos.

Para estes autores, a cultura política não deve ser tomada como um dado a priori, mas através de critérios avaliativos empíricos, caso a caso, que possibilitariam dar validade explicativa sobre o grau de densidade dos regimes democráticos.

A definição de cultura política dada por Madueño (1999) parece bastante adequada para entendê-la como uma identidade relacional dentro de uma totalidade histórica, quando ele a considera:

“um contexto onde encontramos um conjunto de significados tecidos pelo homem e pelas instituições, onde os atores individuais e coletivos se reconhecem mutuamente e reproduzem as ações sociais e políticas sobre a base de crenças, hábitos e rituais, convertendo-se estas em regularidades de ação onde restabelece força a dimensão tempo e espaço.” (p. 124)

Por outro lado, a cultura política encontra um complemento importante na psicologia social, onde as atitudes seriam estruturadas como uma dimensão de um processo cognitivo mais complexo denominado representações sociais. Estas são construídas socialmente uma vez que nascem pela interação dos grupos sociais. Neste sentido, a cultura política seria a representação que é feita sobre o universo da política, que nada mais é do que a estrutura das representações sociais sobre o mundo da política (MOSCOVICI, 1994).

Autores como Barry (1988 apud RIBEIRO, 2008) e Pateman (1971 apud BAQUERO, 2007), bem como os expoentes do neoinstitucionalismo nas suas mais variadas vertentes, consideram que é mais razoável que as experiências sob instituições democráticas influenciem a cultura política de uma sociedade; neste caso, a partir da implantação de um regime democrático se daria a emergência de uma cultura correspondente.

Moisés (2005) analisa a questão da confiança política, apontando que “leis e normas não são auto-executáveis nem auto-impositivas e que a aquiescência e a submissão que implicam” vão além de corresponderem a procedimentos que são legítimos, racional e legalmente corretos. Portanto, aqui se questiona o conceito de democracia defendido por teóricos como Rostow e Diamond citados por Baquero (2003) onde a democracia é vista apenas em seu caráter procedimental, uma forma de gerenciamento político, sem ingerência de qualquer elemento econômico e social.

O padrão cultural democrático pressupõe a presença de três componentes importantes que dizem respeito aos cidadãos: (1) a confiança interpessoal, (2) a obediência às leis e (3) a confiança nas instituições. Dentre estas, a confiança interpessoal seria o alicerce sobre o qual se desenvolveriam a participação política, o comportamento de obediência às leis, a horizontalidade cooperativa e um grau de aceitação tolerável entre a diversidade de opiniões (RENNÓ, 2001).

Sendo a interação social o “comportamento interrelacionado de indivíduos que influenciam uns aos outros pela comunicação” (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996) , pode-se dizer que confiança interpessoal se desenvolve a partir daquela. Atribuindo o interacionismo a explicação das ações humanas à influência recíproca dos indivíduos, ele se insere na problemática sobre a abrangência do objeto da sociologia, o que remete ao dilema sobre qual o universo que melhor subsidia as análises sociais: se estudos aprofundados de realidades localizadas ou estudos gerais de realidades macro. Neste sentido, analisar o

legislativo municipal como uma realidade localizada pode contribuir tanto para o entendimento do comportamento na esfera política dos atores em exercício da vereança como dos atores em demais abrangências, uma vez que os estudos de microrealidades também contribuem para a compreensão da totalidade social.

O contato social, seja direto (frente a frente) ou indireto (através de quaisquer dos vários meios de comunicação) é um pré-requisito essencial ao processo de interação, pois é através dele que se estabelece a comunicação; a interação também se apresenta em graus de intensidade e modalidades diversos, quais sejam: (a) a cooperação, através do auxílio mútuo, de uma ação conjugada ou pela própria divisão do trabalho, podendo ser voluntária ou compulsória; e (b) a oposição, materializada pela competição ou pelo conflito.

Dentre os precursores da análise interacionista destaca-se o trabalho de George Herbert Mead, descrito por Morris (1938), ao defender a não existência de um *self* pré-social e sugerindo, num limite a ser questionado, que a própria interação de uma pessoa consigo mesma seria o resultado da influência de estruturas sociais.

Desse modo, o interacionismo simbólico se fundamenta nos seguintes pressupostos: (1) os indivíduos se comportam conforme o significado das interações sociais, significado esse interpretado pelos indivíduos; (2) os significados são constantemente modificados à medida que mudam as interpretações dos indivíduos que participam da interação; (3) o indivíduo é resultado da interação e (4) o comportamento interativo é compreendido com base na interpretação recíproca que os participantes desenvolvem em uma determinada realidade social em um momento histórico determinado. Assim, a ação de cada pessoa terá como base não só suas próprias expectativas para com a outra, mas também suas próprias expectativas quanto ao comportamento da outra, ou melhor, às prováveis reações ou respostas do outro para consigo.

Sendo a vida social baseada em interações mediadas simbolicamente, cabe reafirmar que, então, que o simbólico é construído nas interações, dá o sentido da ação individual e coordena ações interindividuais. A forma como o simbólico se materializa pode ser analisada pelo aspecto da racionalização, através da linguagem, e pelo aspecto da representação, a expressão dramática.

Goffman (1985) introduz na análise interacionista o modelo dramático como metáfora da interação social. Como os personagens representados são construídos em interação, ou seja, a ação do personagem é moldada em função do significado que este supõe que será resultante do desempenho de seu papel, o personagem tenta convencer a plateia de que ele é o que representa mas, na vida social, a reação da plateia pode mudar o curso do espetáculo e, conseqüentemente, a ação do personagem. Entretanto, qualquer definição projetada de uma situação tem um caráter próprio e é este caráter moral das projeções que possibilita, ou melhor, deixa um campo aberto para a dramatização. Como diz o autor, “quando uma pessoa chega à presença de outras, existe alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhe interessa transmitir;” e é aí que o caráter moral assume o seu papel.

Ainda que se proclame que toda a interação deva sempre se traduzir por uma representação dramática, deve ser considerado que ela se concretiza a partir dos símbolos criados pelas interações e será tanto mais verdadeira quanto maior for a confiança que norteia os agentes das interações, quer sejam indivíduos ou grupos sociais. Podemos dizer que quanto maior o grau de confiança gerado na interação, mais a representação se distanciaria de seu aspecto dramático.

Analisando a cultura política sob este aspecto, parece claro que a dramaturgia, aqui entendida no seu significado teatral ou seja, para além do simples fato de representar, encontra personagens reais na sociedade atual, quer sejam eles cidadãos comuns ou em exercício de cargos políticos, pois as atitudes ainda se norteiam pela

pergunta “O que é que eu vou ganhar com isso?” ao invés de “Como posso ajudar?” Esta última se sobrepõe a interesses meramente materiais e econômicos e se caracteriza pela generosidade, respeito ao próximo e ética e nos permite perceber os contextos maiores da nossa vida, inserindo-nos na compreensão do todo.

Se a interação gera representações sociais com ênfase num descrédito em relação à política, a atitude do cidadão em relação à mesma será de ceticismo e apatia. Tal atitude contribui para a permanência de uma democracia de baixa densidade, instituída e exercida apenas em seu caráter formal, deixando a desejar no que tange ao seu papel de promover o desenvolvimento tanto social quanto econômico.

O alcance do enfoque interacionista, buscando a percepção de realidades micro orientadas por uma estrutura de análise que se pretende macro, o modelo dramatúrgico, pode fornecer elementos importantes para o entendimento da sociedade e, no caso da presente pesquisa, para o entendimento da política em âmbito da esfera macro.

Analisada do ponto de vista de suas consequências, a interação social seria responsável entre outros aspectos, pela socialização, a formação da personalidade e as modificações do comportamento dos indivíduos. As discussões sobre o aspecto temporal da ocorrência do processo de socialização, se ocorre na infância ou na fase adulta, são importantes nas reflexões sobre a permanência e/ou continuidade da cultura política de uma comunidade. Ribeiro (2008) argumenta:

“Se, por um lado, entendermos os processos que tem curso no período infantil como os únicos responsáveis pela transmissão dos valores, crenças e conhecimentos que irão estruturar as orientações e as atitudes dos atores para com os objetos, estaremos propensos a encarar a cultura política como variável determinante na configuração das estruturas políticas. Entretanto, se por outro lado, também forem levados em conta os processos de socialização política da fase adulta, esta determinação deixa de ser automática e o unilateralismo deixa de existir. (p. 39).

Pensando o momento presente, se aceitarmos que a socialização política se dá somente mediante o processo interativo no período infantil, desenvolvido tanto no âmbito familiar como no escolar, podemos deduzir que esta socialização é fortemente impregnada pelos valores de nossa cultura política atual, que vem carregada de vícios e comportamentos deletérios para o fortalecimento da democracia, decorrente de nossa limitação temporal sob experiências democráticas. Com isto, a alteração das características da cultura política demandaria um longo tempo para se concretizar, ou, em outras palavras, que a passagem de uma orientação política tipo-sujeito para uma orientação política participativa dependeria ou estaria vinculada às capacidades da geração anterior em exemplificar e socializar novas crenças e valores nos objetos políticos para a geração posterior.

Podemos reforçar a dimensão e o peso da cultura política numa sociedade em Sperber (1985), quando ele diferencia as representações sociais das representações coletivas; por estas, ele vai entender como sendo “representações duradouras, amplamente distribuídas, ligadas à cultura, transmitida lentamente por gerações, são tradições e se comparam à endemia; por aquelas, vai entender como sendo “típicas de culturas modernas, espalham-se rapidamente por toda a população, possuem curto período de vida, são parecidas com os modismos e se comparam à epidemia”. Residiria, então, no comportamento dos cidadãos em relação à política a possibilidade de criação de novas representações sociais sobre a mesma, cuja experiencição continuada poderia abandonar o aspecto passageiro de

que fala Sperber e passar a fazer parte da representação coletiva, que seria, em última análise, a cultura política.

Por outro lado, ao introduzir nos estudos interacionistas o modelo dramaturgico, Goffman (1985), já citado anteriormente, aponta a existência de representações, que não seriam simplesmente o significado exteriorizado dos símbolos gerados pelas representações sociais; seriam estes acrescidos da moralidade existente na ação do indivíduo. E aí prevalece a ação do homem, que faz escolhas, que age, reage e se omite. O uso da razão e dos instintos gira em função dos custos e benefícios esperados pelos agentes; assim, podemos deduzir que a democracia minimalista, com procedimentos calcados em padrões mecânicos, como apenas o voto, não contempla a ação do homem para sair de uma situação menos satisfatória para outra mais satisfatória. E a democracia, sem o vínculo de um sistema de estímulos humanos, pode ser apenas uma reprodução de tradicionais feudos políticos recapados pelo verniz democrático.

Sob o olhar do interacionismo simbólico, somos levados a aceitar que a nossa maneira de agir já carrega intrinsecamente a ideia de não autenticidade, ou seja, de que o eu nunca será expresso verdadeiramente como o próprio eu do indivíduo, mas sim como um ator representando um personagem, cujo desempenho, em linhas gerais, já está pré-determinado pelo que é esperado dele no social. A partir deste entendimento, a cultura política desempenharia um importante papel no que tange a criação de expectativas com relação ao desempenho do indivíduo, aqui analisado como agente político em exercício da vereança.

E se, apesar de todo o determinante social, acrescentarmos e levarmos em conta o que Goffman chama de caráter moral em nossos desempenhos, que é individual e interior de cada um de nós, vamos ver um mundo de mudanças factível a nossa espera em todas as áreas de atuação.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada combina os métodos quantitativo e qualitativo, servindo os dados obtidos pelo método quantitativo para elaboração das tabelas comparativas. A utilização qualitativa aplicada na presente pesquisa trouxe ponderações importantes ao trazer para a discussão, além dos dados estatísticos, emoções, crenças, sentimentos, maneiras e lógicas de ser do agente político

Nossa pesquisa trabalha com dados primários, obtidos junto à Câmara Municipal de Porto Alegre, através de questionários fechados, questionários abertos e entrevistas semi-estruturadas, que foram enviados aos 36 vereadores que compõem a atual Câmara de Vereadores, entre os dias 26 e 28 de agosto de 2010, via correio eletrônico. As perguntas constantes dos questionários fechados foram selecionadas e extraídas do Banco de Dados do NUPESAL da UFRGS, a seguir caracterizado, e são parte integrante das tabelas comparativas apresentadas neste trabalho. O Anexo I contém o roteiro de perguntas que fundamentaram os resultados obtidos junto à vereança de Porto Alegre em solicitação feita por questionário aberto e que, em alguns casos, redundaram em entrevistas pessoais.

Registramos a dificuldade encontrada para obtenção dos dados em questão, uma vez que realizamos a pesquisa em época de campanha eleitoral, onde um grande número de vereadores ou estava envolvido em novos pleitos políticos, como sua própria candidatura a deputado estadual ou deputado federal, ou estava engajado na articulação das campanhas para governador do Estado e presidente da República, o que redundou na pouca disponibilidade da vereança em atender nossa solicitação.

Os dados secundários foram obtidos: (1) da pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social na Promoção da Cidadania e Qualidade de Vida, realizada pela UFRGS em 2005, através do NUPESAL (Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina). Essa base de dados contempla as cidades de Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile, destacando os resultados obtidos na cidade de Porto Alegre como justificativa para nossas argumentações com relação a qualificação da cultura política existente na sociedade porto-alegrense; (2) do site da ONG Transparência Brasil³ e (3) do site da Câmara Municipal de Porto Alegre⁴, ambos utilizados para obtenção de informações sobre a produção legislativa municipal de autoria da vereança.

³ Disponível em: <http://www.transparencia.org.br/> acesso 24 de ago.

⁴ Disponível em: <http://www.camarapoa.rs.gov.br/> acesso 24 de ago.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Apresentamos a seguir os três aspectos analisados em nossa pesquisa, que se traduzem em:

4.1 Análise da produção legislativa municipal

Apesar da forte centralização exercida pelo Governo Federal, tanto no que se refere a aspectos financeiros como deliberativos, a Constituição de 1988 prevê importantes funções a serem exercidas pelos vereadores. Além de fiscalizar o Executivo Municipal, o vereador deve legislar sobre tributos locais (IPTU, ISS, taxas), orçamentos anuais e plurianuais e concessões de serviços públicos, entre outras tantas responsabilidades. Assim, considerando que os vereadores são responsáveis pela elaboração de leis municipais, escolhê-los adequadamente é uma forma de se pensar no que gostamos ou não no nosso cotidiano, pois sendo a legislação um caminho importante para a organização de um espaço coletivo, pode ser através dela que a cidade pode se tornar um lugar melhor para se viver.

Para sermos coerentes, utilizamos a produção legislativa do período de 2009/2012 para subsidiar as nossas considerações, uma vez que foram os vereadores desta legislatura que nos responderam os questionários fechados e abertos e junto aos quais efetuamos entrevistas pessoais.

Entretanto, como dos 36 vereadores da atual legislatura, 19 estão no cargo porque foram reeleitos, consideramos oportuno apresentar a participação destes na produção legislativa municipal no período de 2005/2008.

Como já comentado anteriormente, utilizamos a classificação adotada pela Organização Não-Governamental (ONG) Transparência Brasil para identificar os projetos apresentados pela vereança.

Assim, as matérias legislativas são classificadas em diversas categorias temáticas as quais, por sua vez, são divididas em duas classes: com relevância e sem relevância. As categorias sem relevância, dentro da classificação da ONG Transparência Brasil, são os projetos de lei que contemplam: batismos de logradouros, salas, escolas, etc...; inclusão de datas comemorativas; homenagens a pessoas e instituições; sessões solenes e especiais e simbologia.

A presente pesquisa, pelo seu caráter apartidário, não analisa a produção individual de cada vereador, mas sim o conjunto da produção legislativa da Câmara Municipal de Porto Alegre, cabendo ressaltar que os resultados obtidos abrangeram a totalidade dos partidos políticos representados na vereança. O Anexo II apresenta a composição partidária da legislatura 2009/2012.

A seguir, apresentamos a produção legislativa, no período de 2005/2008, apenas dos 19 vereadores reeleitos, bem como os projetos apresentados pela totalidade da vereança na atual legislatura 2009/2012, por classificação temática, a saber:

TABELA 1 – Produção legislativa

Assunto	2005/2008*	2009/2012
Agentes Públicos	10	4
Agropecuária/reforma agrária	0	1
Álcool, drogas, fumo	5	9
Alimentos/nutrição	2	4
Animais	6	2
Atos de fiscalização	1	0
Ainda a classificar	0	26
Batismos	195	99
Cidadania/direitos humanos	9	3
Circunscrições administrativas	1	1
Comércio	17	1
Consumidor/serviços públicos	10	15
Contas públicas/orçamento	1	1
Copa 2014	0	1
Corrupção e controle	9	2
Criança e adolescente	9	5
Cultos religiosos	8	0
Cultura	18	5
Datas comemorativas	5	6
Defesa civil/segurança	9	6
Deficientes	12	10
Educação	4	0
Emprego/desemprego	3	1
Energia	3	0
Esporte	3	0
Habitação/Questões urbanas	13	19
Homenagens	293	120
Idosos/aposentados	4	9
Meio ambiente/lixo/água	27	12
Miscelânea	61	38
Monumentos	2	3
Mulher	15	3
Previdência/pensões	1	0
Publicidade	3	0
Questões raciais	1	1
Regulação do trabalho	1	1
Regulação política	1	1
Saúde	22	10
Sessões solenes/especiais	1	14
Simbologia	2	1
Trânsito (inclusive multas e taxas)	9	8
Transporte coletivo e de aluguel	7	4
Tributos/taxas/etc.	25	5
Turismo	13	9
Utilidade/interesse público	4	3
Vias públicas	8	2
Total	853	465

*A coluna nominada 2005/2008 refere-se apenas a produção legislativa dos 19 vereadores reeleitos.

Fonte: : <http://www.transparencia.org.br/> e www.camarapoa.rs.gov.br. Elaboração própria.

Ao mesmo tempo que se verifica que os vereadores reeleitos foram os autores de 853 (60%) de um total geral de 1.442⁵ proposições na legislatura 2005/2008, se constata o alto índice de irrelevância das mesmas, quando se analisa que, deste total, 416 projetos se referiam a batismos e 381 a homenagens, com autoria de 47% (195 projetos) e 77% (293 projetos), respectivamente, da vereança reeleita.

Considerando os dados da Tabela 1, nota-se uma continuidade na tendência de apresentação de proposições sem relevância na atual legislatura, ou seja, de um total de 465 proposições apresentadas de janeiro de 2009 até agosto de 2010, 52% (240 projetos) trataram de temáticas irrelevantes para a vida da cidade, com destaque para batismos e homenagens.

Merece destaque registrar o comportamento da vereança no que se refere a aprovação dos projetos de lei de sua autoria, tanto na legislatura de 2005/2008 como na atual, que se traduzem pelos seguintes números:

- 2005/2008: aprovação de 694 de 1442 projetos apresentados, sendo 523 (75%) sem relevância contra 171 (25%) considerados relevantes;

- 2009/2012: aprovação de 233 de 465 projetos apresentados, sendo 170 (73%) sem relevância contra 63 (23%) considerados relevantes.

Nota-se, com estas informações, que as temáticas irrelevantes fazem parte do cotidiano na produção legislativa municipal, caracterizando uma conduta normal para a vereança tanto propor como aprovar proposições com baixa relevância.

Com relação ao batismo de logradouros, embora seja importante que ruas e outros espaços públicos tenham denominações, o elevado número de projetos de lei nessa questão podem indicar um marketing eleitoral, uma vez que pessoas e famílias assim homenageadas podem interessar eleitoralmente ao vereador proponente.

⁵ Total da produção legislativa municipal em 2005/2008 da Câmara Municipal de Porto Alegre

Da mesma forma, o elevado número de projetos, elencados na temática homenagens, que se destinam a concessão de medalhas, diplomas e troféus bem como a atribuição de títulos de cidadão honorário a indivíduos diversos, embora plenamente justificados para alguns casos, chama a atenção pelo excesso de produção.

Igualmente, chama a atenção o número elevado de proposições sem relevância apresentados em 2005/2008 por 19 vereadores reeleitos para a atual legislatura, o que nos leva a deduzir que o cidadão, ao eleger ou reeleger seu vereador, ou não avalia o seu desempenho em relação a sua produção legislativa ou a avalia e considera satisfatória.

Esta atitude tende a gerar a continuidade de práticas políticas que muito pouco benefício trazem para a comunidade onde se desenvolvem, no caso a cidade de Porto Alegre.

4.2 Apresentação de dados da população de Porto Alegre e dos ocupantes da vereança na legislatura de 2009/2012

Do total de 36 questionários enviados à vereança, recebemos o retorno de 22, ressaltando que a pretensão destes dados é a de indicar apenas uma tendência do pensamento dos ocupantes do legislativo municipal de Porto Alegre, não servindo como dado amostral ou censitário do universo pesquisado. As tabelas tentam fazer uma visualização sobre o resultado obtido pela pesquisa entre a população de Porto Alegre (pesquisa NUPESAL já citada anteriormente) e representantes da vereança.

Primeiramente, apresentamos na Tabela 2 as respostas da população e da vereança em relação a temas de abrangência nacional.

TABELA 2 – Com relação ao Brasil

	População (%)*	Vereadores (%)**
1.O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos?		
Concorda	12.5	-
Concorda em parte	30.0	59.1
Discorda	55.1	40.9
NS	2.4	
2. Pensando na qualidade dos serviços públicos, o valor dos impostos que você paga é:		
Muito alto	84.9	95.5
Razoável	11.5	4.5
Baixo	1.0	
NS	2.6	
3. Em relação ao funcionamento da democracia no Brasil você está?		
Satisfeito	18.6	13.6
Pouco satisfeito	45.1	63.6
Insatisfeito	35.2	22.8
NS	1.2	
4. Com que frequência você fala dos problemas do país com amigos?		
Regularmente	31.8	86.4
Às vezes	55.8	13.6
Nunca	12.4	
5. Para você, a opinião da maioria das pessoas é levada em conta no país?		
Sim	19.2	27.3
Não	79.0	72.7
NS	1.8	
6. Para resolver os problemas do Brasil, o que considera melhor:		
Um líder	34.3	18.2
Participação da pop	65.7	81.8

Fontes: *Base de dados NUPESAL, 2005 ** Pesquisa com vereadores de POA, 2010.

Os dados acima revelam indicam uma percepção crítica na relação entre o valor dos impostos que o Estado arrecada e a qualidade dos serviços públicos, demonstrando que população e vereadores convergem no entendimento sobre a ineficiência do Estado no que compete a gestão e distribuição democrática de recursos públicos.

O alto grau de insatisfação (praticamente 90% entre a população e vereadores) demonstra que a democracia, quando colocada e vivenciada apenas em seus critérios institucionais, não conquista o cidadão.

Nota-se que os problemas do país fazem parte das conversações entre amigos com uma frequência bastante expressiva, embora a regularidade das mesmas seja bem mais consistente na vereança (85%), o que pode sugerir que o engajamento na vida política incrementa este tipo de discussão, ou seja, quanto mais próximo da política, mais os problemas macro passam a fazer parte do cotidiano.

Encontramos um paradoxo quando constatamos que o sentimento existente é o de que a opinião das pessoas não é levada em conta no Brasil (em torno de 70%) e, ao mesmo tempo, acredita-se que a participação da população é fundamental para a solução dos problemas do país. Isto pode sugerir que tanto o cidadão como vereador percebem que há uma lacuna em nosso sistema democrático quanto a possibilidade de espaços abertos para a participação popular e que suas demandas sejam ouvidas e incorporadas na agenda política.

O próximo ponto a ser examinado diz respeito à confiança que a população e os vereadores depositam nas instituições.

TABELA 3 – Com relação a confiança nas instituições

	CONFIA MUITO		CONFIA POUCO		NÃO CONFIA		NÃO SABE	
CONGRESSO NACIONAL	6.3	0	50.8	72.7	39.9	27.3	3.0	0
GOVERNO FEDERAL	10.3	18.2	57.6	54.5	30.8	27.3	1.4	-
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	7.1		54.9	81.8	35.8	18.2	2.2	
GOVERNO ESTADUAL	10.7	18.2	54.9	59.1	32.7	22.7	1.8	
CÂMARA MUNICIPAL	10.3	27.3	52.3	63.6	34.5	9.1	3	
GOVERNO MUNICIPAL	11.5	63.6	54.9	27.3	30.9	9.1	2.8	
JUDICIÁRIO	23.9	54.5	46.9	45.5	26.2		3	
PARTIDOS POLÍTICOS	5.7	9.1	41.2	72.7	51.9	18.2	1.2	
POLÍCIA	13.8	40.9	52.3	36.4	33.7	22.7	0.2	
IGREJA	39.1	27.3	41.4	31.8	18.1	31.8	1.4	9.1
FAMÍLIA	86.4	90.9	10.7	9.1	2.4		0.6	
ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS	24.5	18.2	48.6	72.7	18.6	9.1	8.3	
SINDICATOS	16.2	18.2	46.4	63.6	27.6	18.2	9.9	
MEIOS DE COMUNICAÇÃO	25.3	13.2	52.5	36.4	20.8	36.4	1.4	
	Pop (%)*	Ver (%)**	Pop (%)*	Ver (%)**	Pop (%)*	Ver (%)**	Pop (%)*	Ver (%)**

Fontes: *Base de dados NUPESAL, 2005 ** Pesquisa com vereadores de POA, 2010.

A tabela 3 demonstra a pouca confiabilidade que a população e a vereança de Porto Alegre depositam nas instituições pesquisadas, cabendo registrar o amplo descrédito do qual os legislativos federal, estadual e municipal são detentores. No caso de Porto Alegre, chama a atenção a pouca (em torno de 65%) ou nenhuma (em torno de 9%) confiabilidade que o legislativo municipal proporciona aos próprios vereadores, o que pode influenciar no desempenho de seu trabalho. Esta falta de credibilidade, corroborada ainda pelo grau de desconfiança da população porto-alegrense, pode ser justificativa para o baixo índice de relevância constatado na

produção legislativa municipal, tanto na legislatura de 2005/2008 como na que está em curso.

Da mesma forma, cabe destacar a pouca credibilidade que é depositada nos partidos políticos, associações comunitárias e sindicatos, o que nos leva a repensar o papel destas instituições no empoderamento formal dos cidadãos.

A família é a única unanimidade com elevado grau de confiança, o que pode nos encaminhar para uma percepção otimista com relação ao futuro, pois ela pode ser um dos alicerces para a formação de uma nova cultura política no país.

O alto índice de confiança que o Executivo Municipal detém entre os vereadores (cerca de 65%) pode indicar uma tendência de submissão do legislativo ao Executivo. O alto índice de projetos de lei relevantes, apresentados pelo Executivo nas duas legislaturas em análise, e o também alto índice de aprovação dos mesmos, em torno de 80%, podem subsidiar esta tendência.

O tema que é tratado a seguir avalia como a população e os vereadores de Porto Alegre se posicionam em relação à dimensão hedonista.

TABELA 4 – Com relação à sociedade

	População (%)*	Vereadores (%)**
1. Felicidade		
Feliz	63.0	72.8
Infeliz	31.1	13.6
NS	5.8	13.6
2. Satisfação		
Satisfeito	45.1	36.4
Insatisfeito	52.0	63.6
NS	2.9	
3. Realização		
Realizado	43.7	50
Frustrado	48.7	40.9
NS	7.6	9.1
4. Confiança		
Confiante	44.4	68.2
Inseguro	52.0	31.8
NS	1.4	
5. Falando na geração de seus pais, você diria que as suas oportunidades de ter uma vida satisfatória são:		
Melhores	55,1	63.6
Iguais	14.5	22.7
Piores	29.4	13.7
NS	0.6	
6. Comparando agora a geração das crianças e jovens de hoje a sua, você diria que as suas oportunidades de ter uma vida satisfatória são:		
Melhores	39.4	63.6
Iguais	15.2	27.3
Piores	43.7	9.1
NS	1.8	
7. Na sua opinião, a colaboração entre as pessoas pode contribuir para melhorar a situação do país?		
Sim	77.6	81.8
Às vezes	19.0	18.2
Não	3.1	
NR/NS	0.2	
8. Falando no bem estar das pessoas, quem na sua opinião, é o maior responsável por ele?		
Os indivíduos	44.1	27.3
O governo	49.4	18.2
Os dois	3.3	54.5
NS	3.3	

Fontes: *Base de dados NUPESAL, 2005 ** Pesquisa com vereadores de POA, 2010.

Nota-se que o elevado índice de insatisfação por parte dos vereadores (em torno de 64%), alia-se a um alto índice de confiança (68%) e de otimismo (64%) em

relação ao futuro, com a aposta maciça de que a colaboração entre as pessoas pode ser o caminho para melhorar a situação do país, sendo o bem estar social resultado de uma interação entre indivíduo e governo. A população se apresenta como mais pessimista em relação ao futuro (em torno de 44%) e embora credite também a colaboração entre as pessoas uma possibilidade de mudar o país para melhor, ela ainda aposta que o governo é responsável pelo seu bem estar. Este posicionamento pode trazer consigo uma atitude passiva e/ou apática em relação a solução dos problemas.

Nesse cenário, apresentamos como se posicionam população e vereança em relação à política. As respostas estão na Tabela 5.

TABELA 5 – Com relação à política

	População (%)*	Vereadores (%)**
1. Você conversa sobre política com familiares?		
Sempre	18.8	81.8
Às vezes	56.4	18.2
Nunca	24.8	
2. Você conversa sobre política com amigos?		
Sempre	15.7	63.6
Às vezes	55.8	36.4
Nunca	27.5	
3. Você considera importante a sua participação na política para resolver os problemas do país?		
Sim	73.2	100
Não	25.6	
NS	1.2	
4. Sobre a afirmação de que todos os políticos são corruptos você::		
Concorda	24.6	
Concorda em parte	52.6	45.5
Discorda	22.4	54.5
NS	0.4	
5. Sobre a afirmação de que os políticos prometem, depois não cumprem, você:		
Concorda	55.9	
Concorda em parte	41.6	81.8
Discorda	3.3	18.2
NS	0.2	

Fontes: *Base de dados NUPESAL, 2005 ** Pesquisa com vereadores de POA, 2010.

Nota-se que embora a população e os vereadores considerem importante a sua participação na política para resolver os problemas do país, o tema política ainda se encontra muito distante nas discussões do cotidiano da grande maioria das pessoas; já a rotina do tema entre os vereadores apresenta um índice elevado, o que pode ser atribuído tanto pela sua participação e interesse como simplesmente pela natureza de seu trabalho.

O voto e a sua importância entre os pesquisados é o que se demonstra a seguir.

TABELA 6 – Com relação ao voto

	População (%)*	Vereadores (%)**
1. Você vota porque:		
Considera importante	70.5	100
É obrigatório	28.2	
Não vota	3.3	
2. Se no Brasil o voto não fosse obrigatório para maiores de 18 anos, você:		
Votaria	69.2	100
Não votaria	28.8	
NS	2.0	
3. Quando você vota, o que é mais importante:		
A pessoa do(a) candidato(a)	67.8	72.7
O partido político a que ele (a) pertence	22.1	27.3
Outro fator	7.7	
NS/NR	2.4	

Fontes: *Base de dados NUPESAL, 2005 ** Pesquisa com vereadores de POA, 2010.

Os dados da Tabela 6 reforçam a existência de uma cultura minimalista de democracia, sendo o voto a baliza participativa essencial do processo democrático. O descrédito dos partidos políticos como atores no processo eleitoral (em torno de 70%) e ao mesmo tempo a filiação quase compulsória que o sistema político atual impõe, suscita o interesse por estudos mais aprofundados sobre o assunto.

A Tabela 7 apresenta como população e vereança se submetem às leis.

TABELA 7 – Com relação às leis

	População (%)*	Vereadores (%)**
1. Quanto às leis, você obedece por:		
Acreditar nas instituições	30.7	59.1
Obrigação	67.3	40.8
NS/NR	2.0	

Fontes: *Base de dados NUPESAL, 2005 ** Pesquisa com vereadores de POA, 2010.

O cumprimento de leis apenas pelo seu caráter de obrigatoriedade denota, em boa parte, a desconfiança existente em relação às instituições, principalmente as legislativas, por parte da população. Já entre os vereadores, não se sustenta o índice de credibilidade de cerca de 60% nas instituições quando comparado com os índices de desconfiança em relação as mesmas constantes na Tabela 3, o que pode sugerir uma confiança difusa nas leis, ou seja, acredita-se que as leis são importantes para ordenar a vida em sociedade, mas quando se analisa as instituições de onde elas são oriundas, dentro do nosso sistema democrático, esta credibilidade cai por terra.

Os dados com relação à confiança interpessoal são apresentados a seguir.

TABELA 8 – Com relação à confiança interpessoal

	População (%)*	Vereadores (%)**
1. Vizinhos		
Confia muito	29.6	18.2
Confia pouco	54.6	81.8
Não confia	15.0	
NS	0.8	
2. Em termos gerais, você diria que		
Se pode confiar nas pessoas	32.9	72.7
Não se pode confiar nas pessoas	67.1	27.3

Fontes: *Base de dados NUPESAL, 2005 ** Pesquisa com vereadores de POA, 2010.

Os dados da Tabela 8 sugerem que nem sempre a proximidade e a familiaridade com as pessoas se traduz em alto grau de confiança. Por outro lado, o confiar nas pessoas de modo geral está presente em cerca de 70% da vereança contra apenas 30% quando se fala da população em geral. Uma análise deste fato pode ser

atribuída a própria atividade política do vereador, que já reconhece que sem a confiança nas pessoas seu trabalho não se sustenta, ou seja, é necessário trabalhar em conjunto com a população e isto só é possível quando a confiança mútua se estabelece.

4.3 A dimensão qualitativa

Como já destacado anteriormente, enviamos o questionário fechado e o questionário aberto por correio eletrônico, salientando que este último, caso houvesse possibilidade de agenda, gostaríamos que fosse respondido através de uma entrevista pessoal.

Recebemos oito devoluções de questionários abertos pela Internet, respondidos de forma exemplar e realizamos oito entrevistas pessoais, todas desenvolvidas no âmbito dos gabinetes dos vereadores entrevistados e a primeira descoberta foi constatar a Câmara Municipal em seu aspecto físico como um ambiente bastante simples e acolhedor. O acesso é livre desde a entrada até os gabinetes; sentimos, realmente, um ambiente aberto ao público.

As respostas aos nossos questionamentos não foram categorizadas e serão apresentadas a seguir em forma de relato, forma esta que nos pareceu mais adequada para manter o sentido e a essência de tudo que nos foi apontado pela vereança.

Na opinião dos vereadores, a política é um assunto para ser tratado com seriedade e uma ferramenta de transformação da sociedade, pois ela é o espaço para ações políticas que beneficiam a todos. O ator político é um componente essencial neste universo e precisa gostar do povo. A política está envolvida em tudo que somos e fazemos e, por isso, devemos atuar cotidianamente e não só nas eleições.

Vista como a arte do relacionamento humano, da conversa e do convencimento, a política é um instrumento para servir e não ser servido, sendo possível, através dela, fazer grandes coisas.

Já a democracia, para alguns representa uma necessidade, o esteio da sociedade civilizada, o modelo universal para promover o crescimento dos cidadãos; não deve ser confundida com anarquia. Ainda há muito a avançar, mas o caminho está sendo percorrido, conjugando erros e acertos. Para outros, a democracia tem que ser substantiva, concreta; neste sentido, a democracia brasileira não é completa, ela precisa ser cada vez mais reforçada e consolidada, pois apenas votar não adianta, é preciso ampliar o controle social e a possibilidade das pessoas serem ouvidas durante as decisões relevantes. Para outros, ainda, temos democracia só no nome, pois na prática ela sobrevive de discursos evasivos, a fama elegendo representantes que em nenhum momento precisam mostrar trabalho, em resumo, falta comprometimento por parte da grande maioria de nossos políticos com o que reza o ideal democrático.

Ao analisar o seu papel, a vereança se considera como representante legítimo da população para olhar, fiscalizar e protestar junto e pelo cidadão. Seu papel tanto pode ser desempenhado em nível micro (por exemplo, acatar solicitação de tapar bueiros) como em nível macro (elaboração de projetos comprometidos com a solução dos problemas da cidade). A vereança também abre espaço para divulgar idéias em outras esferas representativas, que podem gerar bons projetos estaduais ou nacionais. O entendimento da legislatura municipal como espaço transitório de poder (estou vereador, não sou vereador) faz parte do discurso de poucos vereadores, bem como a noção de que os deveres antecedem os direitos. Sua atividade sofre limitações tanto pela natureza dos temas como pelos próprios limites impostos pela base do Governo na Câmara. Para alguns dos entrevistados, os vereadores deveriam ser sabatinados, ainda enquanto candidatos, sobre o

conhecimento que têm em relação aos problemas da cidade, o que necessariamente não implica em ter a solução dos mesmos. Isto, talvez, auxiliaria na redução de discussões e discursos evasivos durante o cumprimento do mandato, tornando o trabalho da vereança mais qualificado.

Como instituição na qual a vereança desempenha sua função, a Câmara Municipal é vista como tendo um papel fundamental na vida democrática e participativa, sendo um elo de ligação entre o cidadão e o poder, embora operando ainda longe do ideal. É considerada um espaço aberto a todos, onde deveriam ser definidos os rumos da cidade; para isto, a Câmara Municipal precisa modernizar-se, constituindo novos papéis para atuação legislativa, uma vez que tem pouca repercussão o que é feito a partir dela. Vota-se e discute-se tudo, o útil e o inútil, o certo e o errado ... Também nos pareceu que o espaço da Câmara Municipal é tido como arena de debates ideológicos e de posições pessoais, não sendo prioritário o que aprovar mas de quem provém o que vai ser aprovado, mas, mesmo assim, pode-se dizer que há uma relativa preocupação com o bem comum, no caso a cidade de Porto Alegre e seus habitantes.

Não há limites para trabalhar com temas e ações relacionadas com a municipalidade, a não ser aqueles impostos pela Constituição Federal, uma vez que os interesses locais incluem os interesses universais. O que existe são impedimentos, constrangimentos, interesses pessoais e pretensões de ordem política que impedem que se legisle eficazmente sobre assuntos de interesse do município

Embora o cidadão seja considerado como elemento principal do processo, a vereança sente falta de uma consciência mais participativa por parte do mesmo, o que facilitaria uma relação permanente entre ambos. Algumas rotulações dadas pelos vereadores aos cidadãos são interessantes de serem registradas: desligado e despreparado; sujeito que tira vantagem material do voto, independente de sua

necessidade real (vota por um prato de comida, para conseguir uma cancha de bocha ou um aeroporto); quer tudo agora, não se preocupa com o futuro; gosta de promessas; se considera um cidadão honesto e o político um cidadão safado...; tudo isto endossa a existência de um vácuo operacional em nosso sistema democrático, ocasionado pela distância entre representante e representado, onde ambos assumem os papéis de réu e algoz concomitantemente. Assim, não causa surpresa que, para alguns vereadores, além de representar e apoiar o cidadão, é necessário assessorá-lo.

A participação do cidadão é fundamental para o trabalho da vereança, apresentando sugestões, cobrando ações e apontando erros, ampliando, assim, o debate democrático na cidade. A correção de atitudes da vereança deve ser uma constante por parte da população. Como regra geral, o cidadão só busca o vereador para cobrar (e normalmente coisas para si); para sugerir alguma solução, a frequência é próxima de zero.

Uma mentalidade participativa se constrói pela conscientização das pessoas sobre a importância do seu papel na sociedade organizada; tem que haver cobrança olho no olho, tanto em relação às atitudes do cidadão como com às do político, procurando o diálogo e falando a verdade. Assim, uma atuação direta e participativa só é construída com prática cotidiana e com processos de decisões que envolvam os cidadãos. O legislativo municipal deve propor e suscitar consultas e plebiscitos sobre temas relevantes da cidade. Uma nova maneira de pensar deve emergir da sociedade, através da educação, onde o levar vantagem em tudo seja superado. Achamos interessante a colocação de um dos vereadores entrevistados, quando ele pondera que quem mais participa é a classe mais baixa, seria uma participação por carências (por exemplo, Orçamento Participativo); a classe média alta/ricos têm outras referências; e a classe média geral seria a mais acomodada, inerte em relação aos problemas a sua volta, enclausurada dentro do seu mundo.

Para a maioria dos vereadores entrevistados, a sua convicção pessoal sobre os assuntos é o que norteia seu trabalho na vereança e o ganho real da sociedade com suas decisões é o que importa. Nota-se que as atividades ordinárias, como votações, pedidos de providência, proposição de leis e discussão nas comissões, fiscalização do Executivo, entre outras, como regra geral, são consideradas como sua principal ocupação, não sendo a produção legislativa objeto de destaque enquanto instrumento de mudanças e melhorias na cidade.

Embora alguns se articulam em atividades junto às comunidades, estimulando a participação e a solidariedade entre as pessoas, percebe-se que o vereador tende a se adaptar ao que dele espera o cidadão, ou seja, um vereador pequeno, atendendo necessidades pontuais do cidadão em detrimento de ser um vereador grande, preocupado com os problemas mais amplos da cidade. Tal conduta se justifica pois o primeiro se reelege sempre e o segundo não. Isto pode ajudar a compreender o comportamento da vereança quando se analisa o baixo índice de relevância de sua produção legislativa.

De qualquer forma, fica evidente, aos olhos da vereança, que a população detém um papel e poder fundamental na construção de uma nova forma de fazer política, na medida em que apresenta propostas e demandas, questiona procedimentos, denuncia comportamentos ilícitos, participa de soluções, entre outros. Como se constrói esta mentalidade política participativa na sociedade foi um assunto que não gerou respostas conclusivas, ficando como solução genérica o papel da educação. A presente apatia da população em relação à política contribui para fazer o trabalho dos vereadores muito mais receptivo (no sentido de se limitar a resolver problemas que batem na porta da Câmara Municipal) do que pró-ativo (no sentido de se antecipar às demandas).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ponderações finais aqui apresentadas não têm a pretensão de serem conclusivas e exaustivas sobre o tema proposto, refletindo apenas, a partir de um olhar culturalista, o imbricamento e as relações que permeiam as atividades humanas, tanto no âmbito público como no privado.

A análise desenvolvida tenta se afastar da dicotomia proposta tradicionalmente entre maneiras de ser e de agir do cidadão, enquanto agente comum, e do cidadão, enquanto agente político, no caso presente a vereança de Porto Alegre. Com isto, buscou-se resgatar a idéia do que deve ser o objetivo a ser perseguido pelos regimes democráticos, enfatizando o caráter transitório do exercício do poder e a promoção do bem comum.

Os dados apresentados nesta pesquisa sugerem que a vereança carrega os traços da cultura política existente na sociedade da qual ela é oriunda, sendo o ambiente político onde ela vai atuar e a própria bagagem individual de seus componentes já contaminados e representativos desta mesma cultura.

Esta lógica não deve servir como argumento para sermos coniventes com atitudes políticas nefastas, normalmente apresentadas por nossos representantes, mas deve servir sim para refletirmos até que ponto o exercício do poder traz à tona comportamentos também nossos, que não se exacerbam pelos limites de nossa vida cotidiana.

Na realidade, constatamos na presente pesquisa um círculo vicioso que ajudamos a alimentar, através de nossa postura cética e apática em relação à política. O nosso descomprometimento participativo, tanto no aspecto de críticas como de

sugestões, incentiva atitudes e decisões da vereança que em nada contribuem para o fortalecimento democrático. Ainda somos muito frágeis do ponto de vista da moralidade social e o exercício do poder estimula nosso lado mais sombrio do egocentrismo. Isto justifica o apelo da vereança de que é necessário o controle e uma participação objetiva da população.

Neste sentido, a produção legislativa municipal, que poderia ser um instrumento eficaz na promulgação de propostas inovadoras para a melhoria da qualidade de vida dos porto-alegrenses, se volta, em sua grande maioria para projetos sem relevância, como batismos e homenagens, que rendem votos ao vereador. Por tudo que explanamos até aqui, é possível apostar - com uma boa margem de certeza - que estes procedimentos, por parte da vereança, só são possíveis porque são aceitos pela população, quer por interesse, quer por desinteresse ou inércia do cidadão.

O desinteresse do cidadão pela política, que provavelmente inibe o seu conhecimento sobre quais as atividades fazem parte do trabalho da vereança, aliado ao descrédito que a Câmara Municipal usufrui por parte da população e da própria vereança, pode indicar um caminho para justificar a baixa relevância da produção legislativa municipal.

Houvesse mais controle da atividade parlamentar municipal e compreensão da importância e necessidade de projetos de lei para auxiliar a diminuir as mazelas da cidade e, com isto, reduzir as soluções casuísticas e pontuais, talvez poderíamos encaminhar de forma mais adequada a solução dos nossos problemas.

Nesta linha de raciocínio, nos parece alentador diagnosticar que é bem provável que na medida em que a sociedade conseguir internalizar uma cultura democrática robusta, calcada na participação e na confiança da política, a vereança

também terá os reflexos positivos desta nova consciência de cidadania, se alinhando com a nossa argumentação de que a política é uma construção social e, como tal, seu exercício não deve ser visto como um “status-quo” dado e normativo.

Para encerrar, trago para reflexão final o trecho da música “As aventuras da cidade de Thor” do compositor brasileiro Raul Seixas, apontado como epígrafe desse trabalho, onde pode-se dizer que o artista faz uma alusão às lutas equivocadas, travadas pelos homens, em todos os tempos. Trazendo isto para o campo político, significa dizer que enquanto não desenvolvermos uma nova cultura política, de dentro para fora, ou seja, cultivando um tronco continuaremos a nos queixar dos galhos que este mesmo tronco originou, sem nos darmos conta que talvez estejamos a nos queixar de nós mesmos, pois a vereança somos nós.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

AVRITZER, L. Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: AVRITZER, L. et al. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994, p. 285-302.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa política no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 21, nov. 2003, p. 83-108.

BAQUERO, M.; PRÁ, J. R. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

CHAUÍ, M. S. A "Questão Democrática". In: WOLFE, A. et al. **A questão da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 139-172.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1996

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Subjetividade e história. In: GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 25-45.

MORRIS, C.W. et al (Org.) **The Philosophy of the Act**. University of Chicago Press, 1938.

MADUEÑO, L. E. **Sociologia Política de la Cultura. Una Introducción**. Mérida-Venezuela. Universidade de los Andes, Centro de Investigaciones de Política Comparada, 1999.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOISÉS, J. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 7-16.

RENNÓ, L. R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 33-59, 2001.

RIBEIRO, E. A. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Tese Doutorado em Sociologia – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, 2008.

SPERBER, D. **Anthropology and psychology: towards an epidemiology of representations**. Mann (new series), 1985, p. 73-89.

OUTWHAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

APÊNDICE I - Questionário

Perguntas apresentadas sob a forma de questionário aberto aos vereadores e que, em alguns casos, foram respondidas através de entrevista pessoal.

Nome: _____

Conceitos	Linha de perguntas
Política	O que você pensa sobre a política? E sobre a democracia?
Representatividade	Como você se percebe no papel de vereador? Como você vê a instituição Câmara Municipal enquanto espaço do exercício da vereança? Quais os limites e a abrangência da função de vereador?
Sociedade civil	Como o vereador percebe o cidadão? A participação do cidadão auxilia no exercício da vereança? Como?
Cidadania	Para você, como se constrói uma mentalidade política participativa na sociedade? Como a vereança pode auxiliar este processo?

APÊNDICE II - Composição partidária 2009/2012

Composição partidária 2009/2012

Partido	Sigla	Quantidade vereadores
Partido dos Trabalhadores	PT	07
Partido Socialista Brasileiro	PSB	01
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	05
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB	06
Partido Progressista	PP	03
Partido Democrático Trabalhista	PDT	05
Partido Popular Socialista	PPS	03
Partido Socialismo e Liberdade	PSOL	02
Partido da Social Democracia Brasileiro	PSDB	02
Democratas	DEM	01
Partido Republicano Brasileiro	PRB	01

Fonte: elaboração própria.